



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

467

**Decisões complexas:
estudo do caso do turismo**

Fernando Nogueira da Costa

Agosto 2024



ie Instituto de
economia

Decisões complexas: estudo do caso do turismo

Fernando Nogueira da Costa ¹

Resumo

O objetivo é debater o dilema entre a complexidade ou a simplicidade para a tomada de decisões práticas. A metodologia empregada será, inicialmente, apresentar o método atual de análise transdisciplinar do sistema econômico-financeiro complexo. Depois, para questionar esta Economia Aplicada, apresentarei o ponto de vista de Dani Rodrik sobre como a Economia funciona, quando falha e como saber a diferença, bem como o de Hans Lind sobre os papéis de teorias e modelos em Economia. Para ilustrar o dilema entre escolhas, faço um estudo de caso ao comparar as atuais reações contra a abertura externa à imigração e ao turismo. Os principais resultados alcançados dizem a respeito da importância do conhecimento dos múltiplos Métodos de Análise Econômica.

Palavras-chave: Metodologia econômica; Economia do turismo.

Abstract

Complex decisions: tourism case study

The objective is to debate the dilemma between complexity or simplicity to make practical decisions. The methodology used will initially present my preferred method of transdisciplinary analysis of the complex economic-financial system. Then, to question this Applied Economics, I will present Dani Rodrik's point of view on how Economics works, when it fails and how to know the difference, as well as Hans Lind's on the roles of theories and models in Economics. To illustrate the dilemma between choices, I do a case study comparing current reactions against external openness to immigration and tourism. The main results achieved concern the importance of knowledge of multiple Economic Analysis Methods.

Keywords: Economic methodology; Tourism economy.

JEL: B4, B40, B41.

Sumário

1. Introdução.....	2
2. Análise transdisciplinar do sistema econômico-financeiro complexo	4
3. Como a economia funciona, quando falha e como saber a diferença	7
4. Abordagem empírica para metodologia de teorias e modelos em economia	10
5. Estudo de caso: consequências da abertura externa à imigração e ao turismo	13
5.1. Amor ou ódio diante o turismo	13
5.2. Boa economia para análise da imigração	14
5.3. Analogia entre turismo e imigração: xenofobia	17
5.4. Sociologia do turismo	18
5.5. Argumentos pró e contra a economia do turismo	20
Considerações finais: decisões complexas.....	23
Bibliografia	25
Anexo estatístico: dados estatísticos sobre o caso brasileiro	26

(1) Professor-Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. E-mail: fercos@eco.unicamp.br. <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>, <http://lattes.cnpq.br/6773853439066878>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3609-5799>.

1. Introdução

Depois de ministrar, durante vários anos, as disciplinas *Economia Monetária e Financeira* e *Macroeconomia Aberta*, fui convidado pelo coordenador da graduação do IE-Unicamp a oferecer *Métodos de Análise Econômica* para os alunos do último ano. Animou-me, pois como uma “disciplina-ônibus” (cabe todo o mundo dentro), eu poderia escolher seu programa à vontade. Altero-o a cada vez, pelo menos parcialmente, para não me enjoar...

O objetivo da primeira vez foi a análise das políticas socioeconômicas e formas de intervenção governamental para regulação de uma economia de mercado. Usei como método didático, em uma aula, a apresentação de um documentário sobre uma temática socioeconômica brasileira para, na aula seguinte, referenciar e/ou motivar o debate de possíveis soluções de políticas públicas para os problemas abordados pelo filme.

A intuição e a criatividade dos alunos estiveram envolvidos, nesse processo, através da ação de pesquisar dados e informações sobre o problema, dimensionando-o, e analisando se as políticas públicas usadas eram as pertinentes. Assim estimulados, os alunos se moveram em direção à apropriação intelectual do tema apresentado, resultando na prática de elaboração mental de *Métodos de Análise Econômica*.

Hoje, ensino-os a reconhecer as teorias elaboradas com o *método abstrato-dedutivo* e as com o *método histórico-indutivo*. Aprendem os métodos dos racionalistas e dos empiristas.

Fundamental é os futuros economistas não cometerem o “vício ricardiano”: saltar da abstração teórica diretamente para a dura realidade. Distingo, no curso, três níveis de abstração: ciência pura - ciência aplicada - decisões práticas.

No *nível mais elevado de abstração*, encontram a consistência lógica no uso do raciocínio, inclusive quanto aos instrumentos de política econômica. No *nível intermediário*, devem reincorporar os conflitos de interesse, antes abstraídos para a elaboração da Teoria Pura, mas relevantes para a definição do regime macroeconômico como uma característica estrutural do planejamento de desenvolvimento em longo prazo condicionante do manejo das políticas públicas. No *nível mais baixo de abstração*, há sempre a necessidade de contextualizar, ou seja, datar e localizar os eventos, para captar os imperativos de dada conjuntura na arte de tomadas de decisões práticas quanto ao uso dos instrumentos de política econômica em curto prazo.

Por exemplo, através de um modelo IS-LM-BP aprendem o uso coerente dos quatro instrumentos de política econômica em curto prazo: política monetária, política fiscal, política cambial, controle de capital. O Trilema, também conhecido como Trindade Impossível, apresenta o problema de consistência lógica em Macroeconomia Aberta, conforme exposto pelo Modelo de Mundell-Fleming.

Este modelo descreve as limitações das políticas econômicas para países abertos ao comércio internacional e ao fluxo de capitais. De acordo com o Trilema, nenhum país consegue, simultaneamente, alcançar as seguintes três metas:

1. *Estabilidade da Taxa de Câmbio*: manter uma taxa de câmbio fixa ou muito estável em relação a outras moedas, em especial, o dólar.

2. *Política Monetária Independente*: ser capaz de usar a política monetária doméstica (via ajustes na taxa de juros de referência) para perseguir objetivos econômicos internos, como controle da inflação ou estímulo ao crescimento econômico.

3. *Livre Mobilidade de Capitais*: permitir a livre movimentação de capital financeiro através das fronteiras, sem controles ou restrições.

Se um país opta por *manter a estabilidade da taxa de câmbio e permitir a livre mobilidade de capitais*, ele deve sacrificar a política monetária independente. Isso ocorre porque, com livre mobilidade de capitais, os fluxos de capital respondem a mudanças na taxa de juros local diante a internacional. Para manter a taxa de câmbio fixa, o Banco Central deve ajustar sua política monetária para corresponder à taxa de juro de referência global, limitando sua capacidade de usar a política monetária para objetivos domésticos.

Se um país deseja *manter a estabilidade da taxa de câmbio e ao mesmo tempo manter a política monetária independente*, ele deve impor controles de capital. Esses controles impedem os fluxos de capital moverem-se livremente através das fronteiras, permitindo o Banco Central ajustar as taxas de juros independentemente das condições externas. No entanto, isso restringe o livre comércio e afeta negativamente os investimentos estrangeiros, provocando provável retaliação dos parceiros comerciais e financeiros.

Se um país deseja *manter a política monetária independente e permitir a livre mobilidade de capitais*, ele deve permitir a taxa de câmbio flutuar livremente. Nesse caso, a taxa de câmbio será determinada pelo mercado de maneira volátil. A vantagem é o Banco Central usar a política monetária para atingir objetivos internos, mas a desvantagem é a potencial instabilidade da taxa de câmbio. Em caso de apreciação da moeda nacional, evita a inflação importada, mas prejudica a exportação – e vice-versa.

O Trilema de Mundell-Fleming destaca a difícil escolha dos formuladores de políticas (“*policy makers*”) enfrentam em um ambiente globalizado. Eles precisam escolher duas das três metas, pois é impossível alcançar todas simultaneamente.

Esta escolha reflete as prioridades econômicas e políticas de um país. Ela se altera ao longo do tempo com base em mudanças nas condições econômicas globais e domésticas. O aluno aprende, desde logo, a vida econômica e política ser difícil... e o economista necessita saber lidar com ela de maneira coerente e consistente!

É importante para ele conhecer os métodos de partição da realidade entre Ciência Econômica e Ciências Afins como Política, Sociologia e Psicologia. A partir do *holismo metodológico* (visão do todo sistêmico com a ponderação dos seus componentes), enquadra o *individualismo metodológico* em seu devido lugar.

É necessário aprender as teorias para tomar as melhores decisões microeconômicas como as decisões de preços face a custos, estrutura de mercado, lucro etc.; decisões de produção; decisões de gastos em consumo, investimento e gasto governamental; decisões de exportação ou importação, tomada de empréstimos internacionais ou pagamento de dívidas etc. Porém, os problemas contextuais a serem enfrentados são os resultantes macroeconômicos das interações entre aquelas decisões: inflação, desemprego, ciclo e tendência do crescimento em longo prazo, déficit no balanço de pagamentos e crise cambial.

O conhecimento da Economia da Complexidade é útil porque os futuros economistas entenderão seu objeto de trabalho como emergente de interações de decisões e/ou componentes diversos. Um olhar holístico dessa complexidade, com rede de nós interligados, é pré-requisito para tomar boas decisões práticas, desde as Finanças Pessoais até as Finanças Internacionais, passando por Finanças Corporativas, Públicas e Bancárias.

Um economista não só trabalhará com a política econômica em regime democrático. Nesta, necessitará assessorar sabiamente as ações discricionárias, inclusive algumas com necessidade de aprovações legislativas no Congresso Nacional, em vez de, automaticamente, “seguir regras” mentais ou institucionais.

Em um bom curso de Ciência Econômica, os estudantes aprendem a manipular *variáveis-instrumentos* (política fiscal e de tarifas, política monetária e de juros, política cambial e de controle de capital) em busca de atingir *variáveis-metas* (desemprego e renda do trabalho, inflação e renda do capital, balanço de pagamentos). Necessitam, em Economia Aplicada, serem bem-informados sobre fontes e usos de indicadores macroeconômicos.

Aprendi, através da leitura de Knut Wicksell, a formulação de algum argumento lógico, ainda sendo a partir de premissas simples e esquemáticas, transmitir mais conhecimento real em lugar de qualquer discussão superficial acerca de “tudo sob o Sol”. Disse: “se a Economia Política algum dia vier a ser uma ciência real e um guia para nossa ação prática, ela deve inevitavelmente progredir para certos resultados positivos e princípios de aplicação universal” (Prefácio do Autor à Segunda Edição. *Lições de Economia Política*. SP, Nova Cultural, 1986 [original de 1911]. p. 12).

Neste Texto para Discussão, o objetivo é debater o dilema entre a complexidade ou a simplicidade, para a tomada de decisões práticas. A metodologia empregada será, inicialmente, apresentar meu método de análise transdisciplinar do sistema econômico-financeiro complexo.

Depois, para o questionar, apresentarei o ponto de vista de Dani Rodrik sobre como a Economia funciona, quando falha e como saber a diferença. Ele defende a utilidade dos modelos econômicos para tomar decisões com simplicidade.

Concordo com sua abordagem empírica para metodologia de teorias e modelos em Economia. Discordo, em termos de método, por ele confundir *complexo* com *complicado*. Hans Lind, outro autor cujas ideias resenharei, encontra lugar para todas as teorias e os modelos de maneira plural.

Para ilustrar as decisões complexas, apresento um estudo de caso muito atual no debate dos países ricos. Diz respeito às consequências internas da abertura externa à imigração e/ou ao turismo. Para a análise todos os argumentos, é útil o conhecimento dos Métodos de Análise Econômica.

2. Análise transdisciplinar do sistema econômico-financeiro complexo

A análise transdisciplinar do sistema econômico-financeiro complexo exige a integração de perspectivas da Economia Comportamental, Institucional, Evolucionária e da Complexidade para fornecer uma compreensão abrangente de suas dinâmicas. A partir da visão holística do todo, obtém-se insights valiosos sobre cada uma dessas perspectivas e como aplicá-las à análise de ciclos de crédito, crises financeiras e o papel das instituições.

A Economia Comportamental destaca como os vieses cognitivos, heurísticas e emoções influenciam as decisões financeiras, levando a desvios em relação ao modelo convencional de agentes racionais. O trabalho de Daniel Kahneman sobre os dois sistemas de pensamento explica como o pensamento rápido e intuitivo (Sistema 1) provoca vieses, enquanto o pensamento lento e deliberativo (Sistema 2) é mais racional, mas também mais lento e dispendioso.

Esses vieses comportamentais contribuem para a formação de bolhas de ativos e crises financeiras. Durante os booms, o excesso de confiança e o comportamento de manada levam os investidores a ignorarem os riscos, enquanto o medo e o pânico, durante os crashes, amplificam as vendas e pioram as crises.

O “efeito de momento”, em Finanças Comportamentais, é a tendência de ações com bom desempenho no passado recente continuarem a apresentar bom desempenho no futuro. Esse efeito sem fundamentos é considerado uma “profecia autorrealizável” porque a crença na análise grafista leva os investidores a comprarem ações já em alta de preço, fazendo as cotações subirem ainda mais.

Esse efeito é uma anomalia de mercado contra a Hipótese de Mercados Eficientes (HME) de os preços dos ativos refletirem todas as informações disponíveis e não ser possível obter retornos acima da média de forma consistente ao explorar padrões passados de preços. No entanto, estudos empíricos do “efeito de momento” mostram os retornos das ações não seguirem um “passeio aleatório”, baseado em informações desconhecidas, como previsto pela HME.

Esse efeito, juntamente com outras anomalias do mercado de capitais, sugere os mercados nem sempre serem racionais e os fatores psicológicos e comportamentais desempenharem um papel significativo na determinação dos preços dos ativos. Como os investidores geralmente usam *heurísticas*, ou atalhos mentais, para tomar decisões, cometem erros sistemáticos e criam oportunidades para alguns participantes do mercado lucrarem à custa de outros.

Além dessa Economia Comportamental, a Economia Institucional enfatiza o papel crucial das instituições na formação do comportamento econômico e dos resultados. Instituições, como sistemas legais, normas sociais e regulamentações do mercado, fornecem a estrutura dentro da qual os agentes econômicos operam.

Por exemplo, as *instituições inclusivas*, ao promoverem direitos de propriedade, Estado de Direito e ampla participação econômica, levam ao crescimento econômico sustentável. Em contraste, *instituições extrativas* concentram o poder e a riqueza nas elites, levando à estagnação econômica.

A qualidade das instituições influencia a gravidade e a duração das crises financeiras. Instituições fracas, para regulamentação e supervisão bancária, permitem o acúmulo de risco no sistema financeiro, tornando as crises prováveis.

A Economia Evolucionária, por sua vez, enfatiza a natureza dinâmica e evolutiva dos sistemas econômicos. Assim como os sistemas biológicos, as economias evoluem ao longo do tempo através de processos de variação, seleção e retenção.

A inovação desempenha um papel central na Economia Evolucionária. Novas tecnologias, produtos e processos surgem para as empresas e indústrias existentes os adotarem, impulsionando o crescimento econômico em longo prazo.

As crises financeiras devem ser vistas como parte do processo evolutivo ao eliminar empresas e práticas insustentáveis. A *alavancagem financeira* abre o caminho para novas formas de organização econômica e inovação, mas é acompanhada por posterior *fase de desalavancagem financeira*.

Os analistas da Economia da Complexidade destacam a interconexão dos subsistemas econômicos e a emergência de desempenhos macroeconômicos a partir das interações entre agentes. A atividade econômico-financeira é composta por *sistemas adaptativos complexos*, caracterizados por não linearidade, *feedbacks* e propriedades emergentes. Isso torna difícil prever os resultados da economia com precisão, pois pequenas mudanças nas condições iniciais levam a resultados caóticos ou imprevisíveis.

A Modelagem Baseada em Agentes (MBAs) são ferramentas computacionais para estudar a interconexão de agentes e instituições em *um sistema complexo com propriedades emergentes não percebidas em análise microeconômica*. Os MBAs simulam o comportamento de agentes individuais e suas interações, permitindo aos pesquisadores estudar como padrões e comportamentos coletivos emergem de decisões descentralizadas, descoordenadas e desinformadas umas das outras.

Considerar os vieses comportamentais dos indivíduos, empresas e governos é crucial para entender as decisões de investimento, endividamento e regulamentação. As instituições moldam os incentivos e as restrições, para os agentes econômicos, influenciando seja a estabilidade financeira seja a probabilidade de crises financeiras nesse processo, expondo vulnerabilidades.

Ao integrar essas perspectivas, de maneira transdisciplinar, desenvolve-se uma análise mais completa do sistema econômico-financeiro. Os objetos dessas Economias (Comportamental, Institucional, Evolucionária e da Complexidade) coevoluem, ao longo do tempo, impulsionados pela inovação e adaptação.

Uma das principais dificuldades reside na integração coerente de *insights* de diferentes disciplinas. A *transdisciplinaridade* busca combinar conhecimentos de áreas como Psicologia, Sociologia, Ciência Política, Direito e outras, para formar uma compreensão mais completa da atividade econômico-financeira.

No entanto, cada disciplina possui suas próprias teorias, métodos e abordagens, tornando a integração um processo complexo. Essa complexidade se reflete na dificuldade de criar modelos transdisciplinares.

Embora esses modelos tenham o potencial de serem mais realistas e abrangentes, também se tornam mais difíceis de serem tratados matematicamente em comparação aos modelos tradicionais. Para a ortodoxia, essa linguagem formal é mais relevante em lugar de um conteúdo mais realista da mensagem.

Outro desafio é a aceitação acadêmica. O mundo acadêmico é conservador ao manter sempre as disciplinas tradicionais com seus métodos estabelecidos. A transdisciplinaridade, por sua natureza, ultrapassa esse paradigma com a proposição de uma nova Ciência Econômica.

Dado o conservadorismo diante a autoimagem, a revolução científica encontra resistência por parte de acadêmicos titulados à base de abordagem tradicional. Convencer a comunidade acadêmica

a adotar nova abordagem paradigmática, especialmente quando desafia crenças arraigadas, exige um esforço considerável.

A complexidade dos próprios problemas econômicos representa outro problema. Como dar conta, de maneira inteligível não só à opinião especializada, da natureza multifacetada de questões como desigualdade, migração, estagnação econômica e mudanças climáticas?

Esses problemas não se limitam a uma única formação acadêmica e exigem uma abordagem mais matizada e abrangente. Ela é misturada, variada, composta, heterogênea, mesclada, heteróclita, híbrida, enfim, *complexa*.

Mas não é *complicada*, quando tem muitas partes pequenas, todas diferentes e cada uma delas tem o seu próprio papel no “mecanismo” dinâmico. Um *sistema complexo* resulta de muitas partes similares, cujas interações são capazes de produzir um comportamento globalmente coerente.

Apesar desses contrapontos, o potencial da transdisciplinaridade na economia está em aberto. Um *framework* [estrutura] transdisciplinar tem o potencial de fornecer previsões e explicações mais precisas sobre fenômenos econômicos complexos, como crises financeiras, desigualdade, inovação tecnológica e comportamento dos consumidores e dos investidores financeiros.

Enfrenta obstáculos consideráveis diante a integração de diferentes disciplinas, a resistência acadêmica e a complexidade inerente aos problemas econômicos. Mas essa abordagem, ao considerar a complexidade real dos comportamentos humanos e de suas interações econômicas, sociais e políticas, leva a soluções práticas e políticas públicas mais eficazes. Enfim, O Mercado não se autorregula...

3. Como a economia funciona, quando falha e como saber a diferença

As regras da Economia são analisadas por Dani Rodrik, no livro *Economics Rules: Why Economics Works, When It Fails, and How To Tell The Difference*, publicado em 2015. No capítulo inicial, apresenta a importância dos modelos na Ciência Econômica, comparando-os com fábulas e experimentos de laboratório.

Aborda a crítica comum de os economistas serem excessivamente apegados aos modelos e defende a escolha do modelo correto depender do contexto. Explora o conceito de *modelo como uma simplificação da realidade*, no entanto, destacando a importância dos denominados “pressupostos críticos” serem realistas.

Analisa três modelos distintos – o modelo de concorrência perfeita, o modelo de oligopólio e o modelo de coordenação – para ilustrar como levam a conclusões distintas sobre o funcionamento dos mercados.

O Modelo de Concorrência Perfeita descreve um mercado com muitos participantes, onde nenhuma empresa individualmente consegue influenciar o preço. Assume as empresas serem tomadoras de preços, buscando maximizar seus lucros individualmente. Essa busca individual levaria a um resultado socialmente eficiente, onde os recursos seriam alocados de forma ótima.

O Modelo de Oligopólio descreve um mercado dominado por um pequeno número de grandes empresas. As empresas em um oligopólio têm poder de mercado para influenciar preços. Devido a

interações estratégicas entre as empresas, o resultado nem sempre é eficiente, com preços mais altos e produção menor em comparação com a concorrência perfeita.

O Modelo de Coordenação destaca a importância da coordenação entre empresas para alcançar resultados eficientes, independentemente do número de participantes no mercado. Por exemplo, para uma empresa investir em indústria pesada, a decisão depende da existência de fornecedores próximos para fornecer matéria-prima a baixo custo. A falta de coordenação leva à inação e oportunidades perdidas, mesmo caso o investimento fosse imaginado, em princípio, ser lucrativo.

Rodrik utiliza esses três modelos para demonstrar não existir um único modelo econômico universalmente correto. A escolha do modelo “certo” depende do contexto específico e do mecanismo causal desejado de se analisar. É crucial ter em mente os modelos serem ferramentas para *isolar e compreender mecanismos específicos*, e sua aplicação ao mundo real exige cautela e bom senso.

Os modelos são ferramentas úteis para compreender as relações de causa e efeito na economia, fornecendo *insights* sobre as condições nas quais determinadas políticas são eficazes. Na realidade, a resposta correta para a maioria das perguntas em Economia se inicia com “depende”. Aliás, é como os estudantes costumam responder...

Rodrik apresenta a *Economia como uma ciência da modelagem econômica*. Defende ela ser uma Ciência Econômica, porque utiliza o método científico com teste empírico de hipóteses, embora reconheça suas limitações em comparação com as Ciências Naturais.

Para ele, os modelos ajudam a esclarecer a lógica e os pressupostos por trás das teorias econômicas, tornando-as mais transparentes e rigorosas. Os modelos permitem a acumulação de conhecimento, expandindo o conjunto de possíveis explicações para os fenômenos sociais.

Destaca a relação entre modelos e testes empíricos, porque os modelos devem ser avaliados e refinados com base em dados do mundo real. Para Rodrik, a multiplicidade ou diversidade de modelos é uma característica positiva da Economia, pois permite aos economistas escolherem o modelo mais adequado para cada contexto.

Se uma “premissa crítica” não refletir a realidade, o modelo leva a conclusões enganosas ou até mesmo erradas. Torna-o pouco útil para entender ou prever eventos econômicos.

A Economia, por meio de seus modelos, busca refinar o pensamento cotidiano sobre questões sociais complexas. Por isso, exige modéstia de seus praticantes.

Têm de reconhecer a dificuldade de escolher o modelo econômico “certo” em meio à multiplicidade de opções. Logo, precisam de um sistema para navegar entre eles.

Rodrik apresenta o *diagnóstico econômico* como uma etapa crucial na escolha do modelo, comparando-o ao processo de *diagnóstico médico*. A Grande Crise Financeira (GCF) de 2008 exemplifica como a escolha do modelo errado tem consequências desastrosas: a confiança excessiva dos economistas ortodoxos em modelos baseados em “mercados eficientes” cegou-os para os riscos sistêmicos.

Destaca a importância de identificar as principais restrições impeditivas do bom funcionamento da economia, argumentando essas restrições necessitem de receber o foco das

políticas públicas. Enfatiza a necessidade de utilizar evidências empíricas para escolher entre modelos rivais e para avaliar a eficácia das políticas econômicas.

Quando analisa as limitações e aplicações de modelos e teorias econômicas, diferencia os conceitos de cada qual. As *teorias* são estruturas conceituais mais amplas ao incorporarem *um conjunto de modelos*.

Aí Rodrik reitera a importância de se considerar o contexto ao aplicar modelos e teorias econômicas, argumentando a validade de uma teoria ser sempre relativa a um determinado conjunto de circunstâncias. Parece-me ele não usar, precisamente, o método de distinguir entre *teoria pura* e *teoria aplicada* como pré-requisito de boas decisões.

Logicamente, reconhece os economistas cometerem erros, assim como qualquer outro profissional. Por isso, a crítica contínua é essencial para o progresso da Ciência Econômica. Apresenta como exemplos históricos de erros cometidos por economistas a defesa do Consenso de Washington e a promoção da liberalização financeira.

Quanto aos fatores capazes de levar os economistas a cometer erros, estão o apego excessivo a determinados modelos, o viés ideológico, a influência de interesses especiais e a falta de humildade. Por isso, a importância da diversidade de perspectivas na Economia, porque a heterodoxia ajuda a mitigar os vieses e a promover o debate crítico.

Por exemplo, hoje, os heterodoxos pesquisam uma Abordagem Transdisciplinar com base no argumento de a Economia se beneficiar do diálogo com outras disciplinas, como a Psicologia, a Sociologia, a Ciência Política, a História e o Direito.

A Economia Comportamental incorpora *insights* da Psicologia Econômica para entender como as pessoas tomam decisões em contextos reais. A Economia Institucional destaca a importância das instituições para o bom funcionamento da economia, argumentando elas moldarem os incentivos e o comportamento dos agentes econômicos. A Economia Política explora a intersecção entre Economia e Política, pois as decisões políticas influenciam a economia – e vice-versa.

Então, a atividade econômico-financeira vista como um componente de um sistema complexo reconhece a complexidade da economia, por ela se caracterizar por interações não lineares, *feedback*, *loops* e comportamentos emergentes. São reconhecidas as limitações dos modelos econômicos tradicionais, por exemplo, o Modelo de Equilíbrio Geral, para lidar com a complexidade, porque eles simplificam excessivamente a realidade.

A vanguarda teórica explora abordagens alternativas para modelar a complexidade econômica, como a Modelagem Baseada em Agentes e a Econofísica. Rodrik defende a necessidade de um pluralismo metodológico e teórico na Economia com base no argumento de as diferentes abordagens fornecerem *insights* complementares.

Todo esse desafio intelectual incentiva os economistas a superar as divisões ideológicas e a se engajar em um debate construtivo sobre os desafios econômicos contemporâneos. A Economia deve estar a serviço da sociedade, fornecendo ferramentas para a formulação de políticas públicas bem-sucedidas e justas.

Nós, economistas, devemos buscar uma análise abrangente dos sistemas econômicos, utilizando uma abordagem transdisciplinar para explorar os fundamentos teóricos, as aplicações

práticas e os limites da modelagem econômica. A obra de Rodrik busca estimular o debate crítico sobre o papel da Economia na sociedade, incentivando um diálogo construtivo entre diferentes perspectivas e abordagens.

Ele destaca a importância de usar múltiplos modelos para entender a economia. Um único modelo não tem a capacidade de capturar toda a complexidade de um problema econômico.

Em “As Leis da Economia”, Dani Rodrik defende a utilização de modelos econômicos como ferramentas essenciais para entender a complexidade dos fenômenos econômicos e formular políticas efetivas. Os modelos econômicos ajudam a simplificar a realidade complexa, isolando e destacando as relações causais mais importantes. A simplificação daria a capacitação de análise da realidade econômica complexa.

Rodrik destaca a importância de reconhecer as limitações dos modelos. Nenhum modelo é perfeito ou completo, todos têm *suposições simplificadoras*. Logo, não refletem totalmente a realidade, apesar de sua abstração com pretensão genérica.

Os modelos devem ser vistos como *complementares*, cada um oferecendo *insights* valiosos de modo a contribuir para uma compreensão mais abrangente. Fornecem uma base para a formulação de políticas informadas e baseadas em evidências.

São ferramentas de experimentação mental, onde diferentes hipóteses e cenários são testados de forma controlada. São úteis para ensinar conceitos econômicos complexos de uma maneira mais acessível e estruturada.

Os economistas se equivocam quando confundem “*um* modelo” com “*o* modelo”, ou seja, quando assumem um modelo específico, com suas premissas e conclusões, ser universalmente válido e aplicável a qualquer situação. Necessitam analisar criticamente as premissas dos modelos e sua correspondência com a realidade.

Enfim, para Rodrik, a Economia é um conjunto ou uma coleção de modelos sem nenhuma conclusão-padrão. A sua diversidade é necessária. Acha todo argumento contra isso ser simplesmente falso. Um modelo econômico não deve ser criticado por causa de seus pressupostos, mas sim questionado sobre como os resultados mudariam se certas suposições problemáticas fossem mais realistas. As análises exigem a maior simplicidade possível, logo, prevenindo-se contra inconsistências apresentadas como “complexidade”.

4. Abordagem empírica para metodologia de teorias e modelos em economia

Hans Lind, na Introdução de seu livro *Theories and Models in Economics: An Empirical Approach to Methodology*, lançado em 2024, narra: “eu queria fazer estudos empíricos sobre como os economistas realmente argumentavam. Demasiada metodologia em Economia foi escrita sem qualquer base empírica sólida em estudos sobre o realmente feito pelos economistas convencionais, como eles realmente argumentam e como defendem fazer o que fazem. Eu não queria ‘bater em cavalo morto’, a prática de muitos economistas heterodoxos”.

Fez um estudo de caso da pesquisa normal em teoria econômica. O típico artigo teórico em Economia é “rigoroso no meio, mas superficial nas pontas”. Há uma parte matemática rigorosa no

meio do artigo, mas tanto a seção introdutória justificando a motivação para a elaboração do modelo quanto a seção final onde são tiradas as conclusões são bastante vagas.

A ortodoxia econômica adota a visão metodológica sobre *Economia Positiva* exposta por Milton Friedman em 1953. Uma teoria deve ser avaliada pelas *previsões do modelo* – e não pelo realismo dos seus pressupostos. Importa somente os resultados adequados.

O argumento mais comum apresentado para explicar por qual razão um novo artigo teórico é uma melhoria em comparação com artigos anteriores é “o novo modelo é mais realista em uma dimensão importante”. Nenhum autor argumenta o seu modelo teórico ser melhor, diante os modelos anteriores, porque fornece melhores previsões como argumentou Friedman...

Quando se aposentou, Lind retornou à área de “estudos metodológicos empíricos” e os resultados desses estudos constituem a principal base empírica deste livro. Começou com a análise do visto como contribuições importantes, justificadoras de conferir o Prêmio Nobel de Economia. Queria saber o possível de aprender com o trabalho premiado.

Os estudos sobre as motivações do Prêmio Nobel fornecem informações sobre os economistas excepcionais e suas contribuições. Mas se quisermos compreender uma ciência, devemos olhar mais de perto para trabalhos científicos mais comuns. Fez isso através de amostras representativas da *American Economic Review* em 1990 e 2020.

A leitura do livro é de interesse para aqueles, dentro e fora da Economia, com vontade de compreender como os economistas trabalham e, especialmente, aprender sobre a utilização de teorias e modelos em Economia. O livro também parece ser um complemento mais empírico aos livros de metodologia existentes.

Normalmente, partem de várias teorias e posições filosóficas. Tentam relacionar o feito pelos economistas e o afirmado a partir da perspectiva do positivismo (“o que é”), do falsificacionismo popperiano, da teoria dos paradigmas científicos de Thomas Kuhn ou da teoria dos programas de pesquisa científica de Imre Lakatos.

De acordo com Hans Lind, o objeto de estudo da Economia se caracteriza por possuir uma estrutura similar ao *caos*. A atividade econômico-financeira deve ser vista como um dos componentes interdependentes de um sistema complexo, no qual pequenas diferenças de quaisquer características (“condições iniciais”) afetam significativamente suas reações a mudanças.

Como um subsistema, por sua vez, ela se compõe de inúmeros agentes (indivíduos, empresas, governos, bancos, estrangeiros) em interações imprevisíveis. Mudanças aparentemente insignificantes, dadas por pequenas diferenças nas condições iniciais, geram grandes impactos com resultados completamente diferentes, tornando a previsão precisa um desafio.

Esse subsistema está em constante mudança. A economia é dinâmica, evolui ao longo do tempo, com novas variáveis, tecnologias e comportamentos surgindo constantemente.

Essa natureza “caótica” explica por qual razão, segundo Lind, a Ciência Econômica se diferencia de outras ciências, como a Física, em diversos aspectos. Não menciona explicitamente os erros cometidos por economistas, mas fornece exemplos de como essa estrutura complexa se manifesta na prática.

Tem dificuldade em encontrar leis quantitativas. Diferentemente da Física, a Economia não possui leis universais e imutáveis, embora isso contrarie Karl Marx com a Lei Geral da Acumulação Capitalista, apresentada no Capítulo XXIII de *O Capital* I. As relações entre variáveis econômicas, de acordo com Lind, são contextuais e sujeitas a exceções.

Daí a importância de *frameworks* (estruturas) teóricas. Em vez de descrever leis, *as teorias econômicas servem como estruturas* para organizar o pensamento, identificar fatores causais e interpretar a realidade.

A Matemática em Economia não descreve leis, mas sim *as relações dentro de modelos simplificados da realidade*. Esses modelos ajudam a entender mecanismos específicos, mas seus resultados devem ser interpretados com cautela.

A caracterização da economia como “similar ao caos” não implica a Ciência Econômica ser inútil ou incapaz de gerar conhecimento. Pelo contrário, Lind argumenta essa natureza complexa exigir dos economistas uma análise cuidadosa, abrangente ao combinar diferentes métodos e humilde ao reconhecer os limites de suas conclusões.

Lind (2024) desafia a afirmação de Rodrik (2015) segundo a qual “o que torna a Economia uma Ciência são os modelos”. Embora reconheça o valor dos modelos, argumenta a Economia se definir pela busca por compreender o funcionamento das diversas atividades econômico-financeiras, utilizando uma variedade de métodos e abordagens, incluindo modelos matemáticos, estudos empíricos e análises institucionais.

Em resumo das implicações de sua revisão de teorias e modelos em Economia, Lind diz se quisermos compreender o papel das teorias e modelos em Economia é necessário ter alguns pré-requisitos. O primeiro é definir qual tipo de objeto uma determinada ciência estuda, pois isso determinará o possível de se realizar.

A sua hipótese é a Economia estudar um objeto da Teoria do Caos: *a economia é um sistema complexo* com muitas partes interativas e onde diferenças relativamente pequenas nas características do sistema afetarão a forma como este reagirá a diversas mudanças. Ao mudar com o tempo, é um *sistema dinâmico*.

Seu estudo empírico indica as teorias em Economia serem mais descritas como *enquadramentos*. Nenhum vencedor do Prêmio Nobel em Economia o recebeu por encontrar uma *regularidade empírica*.

A Matemática não consegue, em uma ciência cujo objeto é a Teoria do Caos, descrever leis empíricas. Uma utilização da matemática é apenas para criar modelos econômicos e investigar quais relações se mantêm nestes modelos. A hipótese é a investigação dessas interações ajudar a compreensão de como o mundo funciona.

A introdução de expectativas racionais, custos de transação, problemas de informação e teoria dos jogos levaram a mudanças em grande escala na Economia. Substituir a simples suposição de maximização por suposições comportamentais mais fundamentadas na investigação psicológica e sociológica poderia ser vista como outra mini revolução científica.

J. (James) Doyne Farmer, o físico interessado por temas ligados à Economia, é autor do livro “*Making Sense of Chaos: a Better Economics for a Better World*” (Dar Sentido ao Caos: Uma

Economia Melhor para Um Mundo Melhor), lançado no primeiro semestre de 2024. Ele evoca *a ideia de modelar toda a economia global*.

Foi perguntado (Valor, 19/07/24) se existe *o poder de processamento* para fazê-lo. Farmer respondeu: “Já fazemos isso até certo ponto. O modelo de William Nordhaus para a mudança climática é um pouco assim. Mas [nele] há um agente representativo, uma só família, toma decisões sobre quanto investir a cada ano. É um modelo do mundo, mas a questão é a resolução. Hoje, já construímos um modelo com resolução setorial de milhões de agentes, para diferentes demografias em diferentes países. Está em desenvolvimento, ainda faz coisas reconhecidamente erradas. Mas é viável, dentro de alguns anos vamos usá-lo rotineiramente. Já passamos do nível do setor para o da empresa, mas não temos uma boa amostra de empresas. Não entendemos bem como elas se conectam, quem fornece insumos para quem. Mas já entendemos os trabalhadores das empresas, cujas famílias consomem as coisas produzidas pelas empresas produzem. Imitamos todo acontecimento na economia real.”

Lembrou-me da Teoria de Tudo (ou Teoria do Todo) com sua pretensão unificadora. Seria uma teoria científica hipotética capaz de unificar, explicar e conectar em uma só estrutura teórica, todos os fenômenos físicos (juntando a Mecânica Quântica e a Relatividade Geral) em um único tratamento teórico e matemático.

Inicialmente, o termo foi usado com uma conotação irônica para referir-se a várias teorias generalizadas. Depois, o termo se popularizou na Física quântica ao descrever uma teoria capaz explicar o todo através de uma teoria de campos unificada. Só.

5. Estudo de caso: consequências da abertura externa à imigração e ao turismo

5.1. Amor ou ódio diante o turismo

Segundo noticiário recente (Lisa Stüve, *Deutsche Welle*, 16.jul.2024), moradores de várias cidades europeias estão protestando contra o turismo. A Europa é o continente com maior número de turistas internacionais, atraídos pelos cartões postais.

Em Veneza, alguns moradores chegaram a ocupar apartamentos como protesto. Eles consideram a cidade estar sendo assolada pelo turismo. Causou um problema de moradia, com a disparada nos preços dos aluguéis e muitos imóveis sendo oferecidos somente para temporada.

Há cerca de 49 mil moradores no centro histórico da cidade. De acordo com estimativas, Veneza recebe mais de 20 milhões de visitantes todos os anos. A vida cotidiana de alguns é palco para as experiências de férias de outros.

Veneza não é a única cidade da Europa que sofre com o turismo de massa. Cada vez mais protestos acontecem em Barcelona e em outras cidades espanholas. A insatisfação também é grande em Lisboa, Praga e Amsterdã.

Os motivos são semelhantes em todos os lugares: aumento dos aluguéis, preços astronômicos para a compra de imóveis, desaparecimento do comércio local e a questão ambiental sobre o uso dos recursos naturais.

No entanto, o turismo é a principal fonte de renda para muitas dessas cidades. Na União Europeia, o setor é responsável por cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com suas estimativas, o turismo gera cerca de 12,3 milhões de empregos no bloco.

“Esses são números abstratos”, diz Sebastian Zenker, pesquisador da *Copenhagen Business School*. De acordo com Zenker, os residentes não ganham nada com o turismo se os aluguéis aumentam, se os imóveis residenciais se tornam inacessíveis, ou se os restaurantes cobram preços só possíveis dos turistas pagarem. Para moradores, é preciso haver um equilíbrio perceptível.

Embora muitos lucrem com o turismo, “poucos conseguem ganhar bem ou viver do setor”, segundo Zenker. Os salários são muito baixos diante o custo de vida elevado na área de turismo.

Para onde vai o dinheiro gasto pelos turistas nos países mediterrâneos? O setor aéreo, grandes redes de hotéis, empresas internacionais e a indústria de cruzeiros mais faturam, afirma Paul Peeters, pesquisador de turismo sustentável na Universidade de Breda, na Holanda.

Ao calcular os fluxos de caixa, o fator decisivo é: quem está viajando e como. Os turistas de cruzeiros dormem e comem a bordo. Os turistas de pacotes de férias reservam voos, hotéis e refeições por meio de pacotes também gastam pouco dinheiro no local.

Ao mesmo tempo, eles contribuem para a poluição do ar e consomem água. Os impactos dessas ações, no entanto, são suportados pelos habitantes locais. Isso agrava a desigualdade e fomenta as tensões entre moradores e turistas.

Zenker ressalta os atores locais não pretenderem proibir o turismo e desejam receber turistas. “A questão é: como e qual tipo de turismo”. Uma abordagem seria manter o número de turistas em um nível ainda suportável pelas cidades.

Uma grande parte do setor de turismo ainda pensa apenas em crescimento absoluto. Todos os anos, um número recorde de visitantes é recebido com alegria. No entanto, para muitos moradores de cidades turísticas, crescer ainda mais não é uma opção. Então, o que é possível de ser feito segundo a Boa Economia?

5.2. Boa economia para análise da imigração

O livro “Boa Economia para Tempos Difíceis” (original de 2019), de Abhijit V. Banerjee e Esther Duflo, ganhadores do Prêmio Nobel de Economia, argumenta “a Boa Economia” ser crucial para enfrentar questões econômicas em debate político hoje como *a imigração*. Os autores enfatizam a necessidade de um diálogo aberto e honesto sobre esse tópico com base em evidências e não em ideologias.

As falsas percepções sobre a imigração são usadas pelo populismo de direita para atrair eleitores entre os xenófobos ao cultivar ódio ou forte desprezo por estrangeiros. Pesquisas mostram os leigos geralmente superestimarem o número de imigrantes e subestimarem sua contribuição para a economia. Esses equívocos distorcidos alimentam o sentimento anti-imigração, mesmo sem base fatural.

O mercado de trabalho é muito mais complexo diante de uma visão simplória de oferta e demanda. Por exemplo, a imigração tem potencial de levar a uma reorganização da produção, criando empregos para trabalhadores nativos.

Banerjee e Duflo enfrentam a costureira *Falácia do Espantalho*: apresentar de forma caricata o argumento de economista bem embasado, com o objetivo de atacar essa falsa ideia em vez do argumento em si. Expõem uma série de *mitos* comuns sobre imigração.

O primeiro mito é os imigrantes roubarem os empregos dos trabalhadores locais e reduzirem os seus salários. Esta é uma lógica simplista e falaciosa.

A imigração, mesmo em fluxos grandes, tem pouco impacto negativo nos salários ou nas perspectivas de emprego da população nativa, incluindo os membros mais susceptíveis à concorrência. Os imigrantes chegam a ter um impacto positivo no mercado de trabalho, criando negócios e empregos, ocupando cargos indesejados pela população local, e impulsionando a procura de mão de obra.

O segundo mito é existir um número exorbitante de pessoas a tentar imigrar para países ricos. Na realidade, a percentagem de migrantes internacionais na população mundial mantém-se estável há décadas, contrariando a ideia de uma invasão iminente. O medo de uma enxurrada de estrangeiros, explorado politicamente, não se sustenta nos dados.

O terceiro mito é os imigrantes serem uma ameaça à cultura e aos valores do país anfitrião. Historicamente, cada nova vaga de imigrantes é recebida com desconfiança e receio de não se integrarem à cultura local. Contudo, com o tempo, a assimilação ocorre naturalmente, enriquecendo a cultura do país anfitrião.

O quarto mito é os imigrantes não se esforçarem para se integrar à sociedade do país anfitrião. A história comprova a capacidade de adaptação dos imigrantes, acabando por adotar costumes locais, desde os nomes dados aos filhos até as profissões exercidas. A convergência cultural é um processo gradual, mas consistente.

O quinto mito é os imigrantes serem mais propensos ao crime se comparados à população nativa. Na realidade, pelo menos nos EUA, os imigrantes de primeira geração, legais ou não, demonstram menor propensão ao crime comparados aos cidadãos nascidos no país.

O sexto mito é as pessoas estarem desesperadas para sair dos seus países de origem e migrar para países mais ricos. Apesar das disparidades econômicas, a maioria das pessoas não migra. Mudar de país implica custos emocionais e sociais significativos, como o medo do desconhecido, a separação familiar e a perda de referências culturais.

As questões políticas, sociais e culturais da imigração são complexas e multifacetadas, por isso exigem uma análise muito mais aprofundada diante da simplória argumentação dos xenófobos. Quando o debate foca principalmente nos aspectos econômicos da imigração, a Boa Economia analisa empiricamente os mitos relacionados ao impacto nos salários, empregos e na cultura do país anfitrião.

A imigração geralmente não prejudica os salários e o emprego dos nativos por várias razões.

As diferenças salariais entre países têm pouco a ver com a migração. Embora muitas pessoas queiram se mudar para países com salários mais altos, o enigma é por qual razão tantas outras não o fazem quando podem. Outros fatores, tanto de *repulsão*, quanto de *atração*, além dos salários, influenciam as decisões de migração.

As pessoas não se mudam, instantânea ou facilmente, para locais com melhores condições econômicas. Diversos fatores, como laços familiares, custos de mudança e falta de informação sobre oportunidades reais, impedem a mobilidade total dos trabalhadores.

O argumento da “*economia pegajosa*” no debate sobre a migração desafia a noção simplista de um influxo de trabalhadores migrantes levar inevitavelmente à redução nos salários dos trabalhadores nativos. Esse argumento se baseia na observação de os mercados de trabalho não se comportarem como mercados de produtos, onde um aumento na oferta leva automaticamente a uma queda nos preços.

Os mercados de trabalho não são perfeitamente fluidos. Essa “viscosidade” significa os salários não se equalizarem, automaticamente, em todas as regiões.

Os imigrantes buscam preencher lacunas no mercado de trabalho, em vez de competir diretamente com os trabalhadores nativos. Costumam ocupar empregos rejeitados pelos nativos, como trabalhos exigentes de muito esforço físico ou localizados em áreas menos desejáveis.

A imigração, na verdade, chega a impulsionar a economia local. Os imigrantes são consumidores, aumentam a demanda por bens e serviços e levam à criação de empregos. Se são empreendedores, trazem novas habilidades e ideias para empregar a força de trabalho, aumentar a produtividade e fazer inovação.

Também há evidências de a imigração ter um impacto positivo nos salários dos trabalhadores nativos. Um exemplo histórico foram os Estados Unidos, durante a Era da Grande Migração (1910-1930), obterem aumento do emprego da população.

O impacto dos imigrantes qualificados costuma ser diferente de baixa qualificação. Por exemplo, os profissionais de *software* indianos mesmo se receberem abaixo dos norte-americanos, conseguem ganhar seis vezes mais dinheiro, se comparados a seus colegas na Índia.

O fator de repulsão é o baixo salário em uma sociedade pobre e desigual. O fator de atração é ganhar em dólar, moeda com tendência de valorização diante da moeda local.

As evidências sugerem, mesmo em períodos significativos de imigração, ela tem pouco impacto negativo nos salários ou nas perspectivas de emprego da população nativa. De fato, a imigração, devido ao multiplicador de renda, melhora a situação da maioria das pessoas, tanto dos migrantes quanto dos habitantes locais.

Isso ocorre porque os imigrantes ocupam empregos não desejados pelos nativos, como trabalhos manuais, cuidar de bebês ou de idosos dementes. Assumem as tarefas mais simples e os nativos passam para tarefas complementares e mais gratificantes.

No entanto, Banerjee e Duflo ressaltam o impacto da imigração nos salários dos nativos depender de outros fatores, incluindo o tamanho e a composição do fluxo de imigrantes, bem como as condições do mercado de trabalho na área de destino. Um influxo de imigrantes cubanos para Miami, por exemplo, não teve impacto negativo nos salários dos norte-americanos lá habitantes.

Na Boa Economia, a criação de empregos não está diretamente relacionada ao rebaixamento dos salários ou à capacitação profissional dos trabalhadores, mas sim a outros fatores mais fundamentais. A principal força motriz da criação de empregos é a demanda agregada na economia.

Os empresários decidem sobre a contratação de trabalhadores com base em suas expectativas de lucro futuro. Se esperam a demanda por seus produtos aumentar, estarão dispostos a contratar mais trabalhadores.

Os gastos públicos estimulam a demanda agregada. Em tempos de recessão, o aumento dos gastos do governo compensaria a queda na demanda do setor privado, seja criando empregos diretamente, seja gerando efeitos multiplicadores na economia ao estimular a atividade econômica em certos setores.

Os salários nominais são rígidos para baixo, ou seja, não caem devido a fatores institucionais como contratos e sindicatos. Em vez de ajustar salários para equilibrar o mercado de trabalho, a chave está em aumentar a demanda agregada. Uma economia em expansão absorve facilmente os benvindos imigrantes.

5.3. Analogia entre turismo e imigração: xenofobia

Xenofobia é a desconfiança, o temor ou a antipatia por pessoas estranhas ao meio de quem reclama contra estrangeiros. O xenófobo odeia tudo de incomum vindo de fora do país.

É possível fazer *uma analogia entre a reação contra a imigração e contra o turismo*, especialmente, no contexto de prejuízos reais e sentimentos fomentados pela xenofobia do populismo de direita.

Cabe reconhecer prejuízos reais causados pela imigração como a pressão sobre serviços públicos. A imigração aumenta a demanda por serviços públicos, como saúde, educação e habitação, levando a percepções de sobrecarga e competição por recursos.

Quanto ao mercado de trabalho, em alguns casos, os imigrantes são vistos como competidores por empregos, especialmente em setores de baixa remuneração, aumentando a pressão salarial e a insegurança no emprego. Com base nessa competição, as mudanças demográficas rápidas são percebidas como uma ameaça à cultura e identidade locais, causando tensões sociais.

De forma análoga, o turismo de massa sobrecarregaria a infraestrutura local, como transporte, saneamento e segurança pública. A maior reclamação dos xenófobos é quanto ao aumento da demanda por imóveis e serviços voltados para turistas. Eleva o custo de vida para os residentes dos locais turísticos, especialmente em termos de moradia e bens de consumo.

Daí vem também *a crítica à descaracterização cultural*. O turismo levaria à comercialização excessiva da cultura local, resultando em perda de autenticidade e mudanças na dinâmica social.

Os políticos populistas de direita utilizam retórica xenofóbica, retratando imigrantes como ameaças à segurança, cultura e economia locais. Pregam políticas restritivas: propostas para restringir a imigração, como construção de muros, aumento de deportações e redução de vistos.

Os imigrantes são usados como bodes-expiatórios [*scapegoating*] para problemas econômicos e sociais, como desemprego e criminalidade. Isto apesar de evidências empíricas contra essa hipótese.

O neofascismo também está fomentando resistência contra o turismo de massa: Políticos populistas aproveitam o descontentamento local com o turismo de massa para promover políticas restritivas contra turistas estrangeiros.

Ressurgiu o nacionalismo cultural. Argumentos sobre a proteção da cultura e identidade nacional são usados para justificar restrições ao turismo.

Daí vêm as costumeiras medidas restritivas defendidas por policiais armamentistas. Fazem propostas para limitar a entrada de turistas, criar restrições a aluguéis de curto prazo e cobrar impostos adicionais sobre atividades turísticas.

Portanto, ambas as reações – contra imigração e turismo – compartilham algumas características comuns:

1. *preocupações econômicas*: em ambos os casos, existem preocupações sobre os impactos econômicos, como pressão sobre os serviços públicos e aumento do custo de vida;
2. *impactos culturais*: tanto a imigração quanto o turismo são vistos, artificialmente, como ameaças à cultura e identidade locais, levando a sentimentos de perda e resistência;
3. *instrumentalização política*: políticos populistas de direita buscam capitalizar sobre esses sentimentos, promovendo políticas restritivas e utilizando retórica xenofóbica para ganhar apoio.

Há exemplos de reação contra imigração nos Estados Unidos. A administração Trump fez uso extensivo da retórica anti-imigração, incluindo a construção de um muro na fronteira com o México e a implementação de políticas de deportação mais rigorosas. Na Europa, partidos de direita em países como França, Itália e Hungria têm promovido políticas anti-imigração, citando preocupações com segurança e identidade nacional.

Nesse “caldo de cultura” neofascista, surge a reação contra turismo. Por exemplo, na Barcelona, movimentos locais têm pressionado por restrições ao turismo de massa, incluindo limites a aluguéis de curto prazo e taxas adicionais para turistas. Em Veneza, pregam políticas para limitar o número de turistas, incluindo a introdução de taxas de entrada e a proibição de novos hotéis no centro histórico.

A analogia entre as reações contra imigração e turismo revela como preocupações econômicas e culturais são exploradas por movimentos populistas de direita para promover políticas restritivas e xenofóbicas. Embora haja fundamentos reais ou econômicos para algumas dessas preocupações, a instrumentalização política exacerba divisões sociais e culturais, tornando a busca de economistas por soluções equilibradas e justas ainda mais difícil.

5.4. Sociologia do turismo

Um livro considerado ainda hoje fundamental na área, “Sociologia do Turismo”, foi escrito pelo suíço Jost Krippendorf em 1984. Na obra, o autor apresenta lista de razões por quais as pessoas viajam. Primeiro seria *para desligar e relaxar*.

O segundo item é quase uma variação do primeiro: *para fugir da vida diária, mudar de ambiente*. Um dos mais irresistíveis atrativos de uma viagem não está, portanto, naquilo possível de

dar, mas naquilo capaz de tirar: *a rotina*. No dia a dia, tudo já está determinado, temos obrigações todo o tempo. A viagem é antídoto para a monotonia.

Na aposentadoria ou depois de separação conjugal ou na viuvez, o dia é uma agenda vazia preenchida como bem queira. As viagens trazem uma vantagem extra: o retorno à “hora orgânica”, acordando quando o sono acaba, comendo quando se tem fome, parando quando está cansado.

Longe de casa, não se tem medo do desconhecido. O viajante encarna a figura arquetípica na “jornada do herói”. Deixa suas referências, sua segurança, sua estabilidade, e parte em busca do desconhecido.

Por isso há quem prefira andar a esmo por cidades nunca visitadas, descobrindo seus meandros, saboreando os prazeres da mesa. Talvez jamais coma aquilo em outro lugar do planeta. Isso, naturalmente, para aquela parcela de turistas aberta aos outros costumes, aos outros povos.

Em casa, a pessoa está na zona de conforto, conhece tudo, controla tudo. Se está fora, é exigido em habilidades e potenciais normalmente não usados no dia a dia. O viajante com algum preparo cultural e psicológico se abre e se transforma.

Na realidade, é possível descansar, relaxar e exercer na própria cidade qualquer situação da lista exibida por Krippendorf: “adquirir conhecimento”, “cuidar da saúde”, “comer bem”, “refletir”, “rever parentes, conhecidos, amigos”, “ver a Europa de cima por meio de drones” (na Disney+) ou “passear nas ruas das cidades turísticas” (no YouTube em 8K). Mas, ao visitar algum outro lugar, muda-se o idioma, a estrutura urbana, os costumes. Obriga a pensar de modo diferente.

Há outra questão-chave em jogo: as viagens conferem *legitimidade social*, isto é, *status*. Para muitos alpinistas sociais, esse dado é relevante para ostentar na academia ou no local de trabalho. Não lhes importam se as viagens registradas no currículo foram a passeio, tipo bate-e-volta, ou para concluir algum MBA no exterior.

O fascínio exercido por essa atividade sobre as pessoas é tão grande quanto antigo. Começa na mitologia, passa pelos grandes descobrimentos, pelas jornadas de exploração dos grandes viajantes capazes de mapearem o mundo em seus maiores espetáculos ou em suas pequenas mostras de vida vegetal. Os viajantes viraram motivo de zombaria (e reflexão) desde o clássico *As Viagens de Gulliver*.

A explosão do turismo de massa, a partir da década de 50, ocorreu, em boa medida, pela necessidade de ver a Europa depois de destruída pela Segunda Guerra. Foi consequência da afluência da classe média e do barateamento dos voos transcontinentais. Permitiu a criação e a disseminação do cartão de crédito internacional.

Era esse tipo de deslocamento massivo o grande alvo das críticas de Krippendorf, preocupado com a falta de consciência dos viajantes turistas. Eles se julgavam proprietários do lugar, onde ocasionalmente se encontravam e se viam no direito de desperdiçar valiosos ambientes naturais.

Todo o mundo local observava, “eles se esquecem das boas maneiras“, escreveu Krippendorf em “Sociologia do Turismo“. Entretanto, nem todos os habitantes do lugar os recebiam (e recebem) com a gentileza devida...

A clássica maratona de capitais e monumentos, tão corriqueira no passado, já não empolga tanto porque virou massiva, afinal todo o mundo faz! Está mudando então o paradigma, pois a “experiência” é o primeiro anseio do turista com alguma perspectiva cultural, sociológica ou educacional.

Ele já não se contenta em trazer aquela foto-*self* na qual está de costas para os conhecidos monumentos. “Quer gravar a imagem do lugar na alma” (sic). Isso acontece, especialmente, com quem já viajou bastante. Afinal, o sujeito necessita se diferenciar da vulgar “turistada”...

Para quem quer apenas fugir da aglomeração, na Europa, há lugares não incluídos nos roteiros habituais. São um *destino exótico* em si.

Vale-tudo em função de ter a sensação de exclusividade. Alguns chegam a acreditar no dito por guias, tipo “ninguém nunca colocou o pé aqui” ou então “a massa ignara não consegue apreciar este parque de diversões feito para arquitetos e *designers*”.

Flanar pelas cidades, sejam ou não “museus a céu aberto”, é o lado mais prazeroso de viagem para certo estilo de turista. Nessa tribo está gente sem ter viajado só para fazer compras e se obrigar, lá fora, a visitar museus.

Antes de entrar na fila de alguma instituição cultural, sente necessidade de “se perder pelas ruas”. Andar quilômetros e quilômetros é a melhor maneira de conhecer o lugar, descobrir vielas e, possivelmente, livrarias com livros nunca lidos. É obrigatório fazer isso nas cidades às quais se vai pela primeira vez ou naquelas às quais já foi várias vezes, como Paris e Veneza.

O importante é demonstrar a capacidade pecuniária de *viver de maneira inativa*. Afinal, quem tem tanto tempo à disposição, senão a classe ociosa, para demonstrar através do consumo conspícuo não necessitar de “pegar na dureza”?

A Teoria da Classe Ociosa, publicada por Thorstein Veblen em 1899, está atual!

5.5. Argumentos pró e contra a economia do turismo

Os benefícios econômicos do turismo são um motor de desenvolvimento e prosperidade, principalmente em países de pequenas economias, mas a forma como esses benefícios são distribuídos causa desigualdades e leva ao deslocamento da população local.

Esse deslocamento para a periferia do centro histórico ou turístico ocorre quando os benefícios econômicos não são distribuídos de maneira equitativa e os custos de vida aumentam significativamente. Alguns fatores influenciam esse processo.

Se o turismo torna uma área mais desejável, a demanda por imóveis aumenta, elevando os preços de compra e aluguel. Se esses aumentos não forem acompanhados por políticas de controle de preços ou habitação acessível, os residentes do local, especialmente aqueles de baixa renda, são forçados a se mudar para áreas mais baratas na periferia.

A especulação imobiliária é legítima em uma economia de mercado. Investidores compram propriedades para lucrar com o turismo, muitas vezes convertendo imóveis residenciais em acomodações de curto prazo para turistas, reduzindo a disponibilidade de habitação para moradores locais.

O aumento da população flutuante de turistas sobrecarrega serviços públicos e infraestrutura (transporte, saneamento, saúde), diminuindo a qualidade de vida para os residentes e levando-os a buscar áreas menos congestionadas. A transformação do comércio local, para atender às necessidades dos turistas (como lojas de souvenirs e restaurantes caros), torna os bens e serviços básicos inacessíveis ou mais caros para os moradores locais.

Se os lucros do turismo são concentrados em grandes empresas ou investidores externos, em vez de serem distribuídos entre a população local, a desigualdade aumenta. Resulta em residentes de baixa renda sendo incapazes de competir economicamente com os novos residentes ou turistas.

Embora o turismo crie empregos, muitos deles são de baixa remuneração e sazonais, não oferecendo estabilidade em longo prazo. Isso limitar a capacidade dos residentes de suportar aumentos no custo de vida.

A ausência de regulamentação eficaz sobre aluguéis de curto prazo (tipo Airbnb) e desenvolvimento imobiliário exacerbam o problema. Políticas inadequadas de planejamento urbano não consideram o impacto do turismo na habitação e sem antecipação agravam o deslocamento.

Em uma visão míope, investimentos em infraestrutura turística (como resorts e atrações) são priorizados sobre a necessidade de habitação acessível para a população local.

Para entender a partir de qual ponto os benefícios econômicos do turismo tendem a deslocar a população, é crucial analisar a proporção de renda do turismo no PIB local. Se o turismo representa uma parte significativa do PIB local, os impactos são mais acentuados. Por exemplo, cidades ou regiões altamente dependentes do turismo verão um impacto maior nos preços dos imóveis e no custo de vida.

A concentração de renda em poucas mãos e a predominância de empregos de baixa remuneração no setor de turismo aceleram o deslocamento. A ausência de políticas de controle de aluguéis e habitação acessível leva a um aumento descontrolado dos preços de imóveis, forçando os residentes de locais turísticos a se mudarem.

O turismo de massa tem levado ao aumento dos preços dos imóveis e ao deslocamento dos residentes para fora da cidade histórica. A concentração de benefícios econômicos em grandes empresas e o uso extensivo de propriedades para aluguel de curto prazo contribuíram para a diminuição da população residente e para a transformação da cidade em um destino predominantemente turístico.

Os economistas sugerem as seguintes estratégias de mitigação:

- *políticas de habitação acessível*: implementação de políticas para garantir habitação acessível para os residentes;
- *regulação de aluguéis de curto prazo*: limitação do número de propriedades possíveis de ser alugadas a curto prazo;
- *planejamento urbano inclusivo*: desenvolvimento de estratégias de planejamento urbano considerando as necessidades dos residentes e promovendo a equidade econômica;
- *desenvolvimento econômico diversificado*: diversificação da economia local para reduzir a dependência excessiva do turismo.

Essas abordagens ajudam a equilibrar os benefícios econômicos do turismo com a necessidade de preservar a coesão social e a acessibilidade econômica para os moradores locais.

Neste Texto para Discussão, meu propósito foi mostrar os dilemas de escolhas dos economistas entre decisões práticas, usando teorias e modelos em seu apoio, de maneira plural. Para tanto, apresentei um estudo de caso atual e listei uma série de argumentos a favor do turismo, primeiro, econômicos:

1. *geração de empregos*: o turismo cria empregos diretos (hotéis, restaurantes, agências de viagem) e indiretos (construção, agricultura, transporte).

2. *receita e investimento*: atração de investimentos estrangeiros e aumento da receita fiscal para o governo.

3. *desenvolvimento de infraestrutura*: melhoria de infraestrutura local (estradas, aeroportos, serviços públicos) que beneficia tanto turistas quanto a população local.

4. *diversificação econômica*: redução da dependência de setores econômicos específicos, promovendo maior estabilidade econômica.

Depois, apresentei os argumentos sociais:

1. *intercâmbio cultural*: facilita o intercâmbio cultural e a compreensão entre diferentes povos, promovendo a tolerância e a paz.

2. *preservação cultural e patrimonial*: incentivo à preservação de sítios históricos, tradições e culturas locais, muitas vezes revitalizadas e mantidas pelo interesse turístico.

3. *qualidade de vida*: melhoria na qualidade de vida local devido ao desenvolvimento de infraestrutura e serviços.

4. *educação*: o turismo aumenta a consciência sobre a importância da preservação ambiental e cultural.

Finalmente, levantei alguns aspectos pessoais como positivos:

1. *experiências e memórias*: enriquecimento pessoal através de novas experiências, culturas e paisagens.

2. *bem-estar psicológico*: redução do estresse e melhoria do bem-estar mental através de férias e novas experiências.

3. *educação e aprendizado*: aprendizado contínuo sobre diferentes culturas, história e geografia.

4. *conexões sociais*: criação de novas amizades e redes sociais globais.

Mas é necessário reconhecer *uma série de argumentos contra o turismo*. Os econômicos são:

1. *dependência econômica*: economias excessivamente dependentes do turismo sofrem em períodos de baixa demanda como crises econômicas ou pandemias.

2. *desigualdade*: benefícios econômicos do turismo não são distribuídos equitativamente, beneficiando grandes empresas em vez de negócios locais.

3. *inflação*: aumento do custo de vida para residentes devido à inflação dos preços de bens e serviços.

As más consequências sociais do turismo são:

1. *gentrificação*: desloca populações locais, alterando a dinâmica social e cultural das comunidades.

2. *impacto cultural*: comercialização excessiva da cultura local leva à perda de autenticidade e identidade cultural.

3. *sobrecarga de infraestrutura*: infraestrutura local é sobrecarregada pela demanda turística, afetando negativamente os residentes.

Finalmente, há argumentos pessoais para se posicionar contra o turismo:

1. *turismo de massa*: áreas muito turísticas perdem sua autenticidade e charme, tornando-se lotadas e desagradáveis.

2. *conflitos culturais*: diferenças culturais e comportamentais entre turistas e residentes geram conflitos de interesse e mal-entendidos.

3. *impacto ambiental pessoal*: indivíduos sentem-se culpados ou preocupados com o impacto ambiental de suas viagens.

Em suma, o turismo apresenta uma série de benefícios econômicos, sociais e pessoais, mas também traz malefícios necessários de ser geridos cuidadosamente para garantir um desenvolvimento sustentável e equilibrado.

A *gentrificação* é o processo pelo qual áreas urbanas anteriormente de baixa renda ou marginalizadas passam por um desenvolvimento e valorização imobiliária, resultando na chegada de moradores de classe média ou alta. O *deslocamento* ocorre quando os residentes originais de uma área são forçados a sair, devido ao aumento do custo de vida, aluguéis ou pressão imobiliária, resultante da gentrificação. Ambas as mudanças socioeconômicas em áreas urbanas podem ser causadas pelo aumento excessivo da atividade turística.

Considerações finais: decisões complexas

O propósito deste Texto para Discussão foi demonstrar as decisões complexas, orientadas por Boa Economia, envolverem escolhas influenciadas por múltiplos fatores inter-relacionados, incertezas e a interação entre diversos agentes econômicos. Essas decisões requerem uma análise aprofundada, consideração de múltiplos critérios, e a capacidade de prever consequências em longo prazo. Por isso, estudantes de Economia necessitam aprender algumas características e exemplos de decisões complexas em economia.

As *características de decisões complexas* em atividade econômico-financeira são:

1. *multidimensionalidade*: envolvem múltiplos objetivos e restrições necessitados de ser equilibrados, por exemplo, maximizar o bem-estar econômico enquanto minimiza os impactos ambientais;

2. *incerteza*: fatores imprevisíveis, como mudanças no mercado, inovações tecnológicas, ou eventos políticos, influenciam os resultados, por exemplo, o Airbnb é uma plataforma de aluguel de hospedagens residenciais, surgida em 2008, capaz de permitir qualquer pessoa disponibilizar ou reservar acomodações em mais de 190 países;

3. *interação de agentes*: consideração das ações e reações de diversos agentes econômicos, como consumidores, empresas, governos e instituições financeiras.

4. *feedbacks e dinâmica*: efeitos de retroalimentação, onde uma decisão inicial leva a mudanças subsequentes, capazes de afetarem a própria decisão.

5. *impacto de longo prazo*: consequências das decisões se manifestam ao longo de um período extenso, exigindo previsões e planejamentos em longo prazo.

Há diversos exemplos de *decisões complexas* em economia.

Quanto à *política monetária*, os Bancos Centrais tomam decisões de ajustar as taxas de juros e outros instrumentos monetários para controlar a inflação e estimular o crescimento econômico, mas a complexidade envolve a previsão das reações dos mercados financeiros, consumidores e investidores – e como essas reações afetarão a economia no longo prazo. Afinal, a decisão necessita equilibrar o crescimento econômico e o combate à inflação e ao desemprego, não?

Necessita também ser *coordenada com a política fiscal*. Os governos decidem sobre taxas de impostos, gastos públicos, e políticas de redistribuição de renda. A complexidade está na meta de equilibrar a arrecadação de receitas com o estímulo ao crescimento econômico e a distribuição equitativa de recursos. As decisões governamentais também devem considerar os impactos sobre a dívida pública e a sustentabilidade fiscal.

Todas essas *decisões cruciais*, capazes de mudarem o contexto de maneira irreversível (a não ser à custa de prejuízos), ocorrem em ambiente de negociações comerciais internacionais, porque o contexto de economia globalizada exige o cumprimento de acordos comerciais entre países para facilitar a exportação e a importação de bens. Daí a complexidade se encontra na necessidade de equilibrar os interesses nacionais com as regras e benefícios do comércio internacional, considerando-se o impacto sobre diversos setores da economia, como agricultura, manufatura e serviços, além de consequências políticas e sociais.

Recentemente, surgiram as pressões internacionais em favor da gestão de recursos naturais. Portanto, não basta um *greenwashing* (“banho verde”), para tomar decisões sobre a exploração e conservação de recursos naturais, como água, florestas e minerais. Sua complexidade envolve a consideração real dos impactos econômicos, sociais e ambientais, porque as decisões devem equilibrar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental e os direitos das comunidades locais.

No estudo de caso, para ilustrar as decisões complexas, aqui foi focalizado o *planejamento urbano e o turismo*. Decisões sobre a expansão de cidades, infraestrutura, transporte público e habitação também envolvem complexidade, porque devem considerar fatores como crescimento populacional pela imigração, impacto ambiental, necessidades de transporte, e o desenvolvimento econômico sustentável. Os interesses de vários *stakeholders* (partes interessadas), entre os quais,

residentes, empresas e governos, também precisam ser equilibrados, ou seja, negociados e pactuados politicamente.

Diante essa vida difícil, como lidar com ela? Os economistas têm algumas abordagens para tomada de decisões complexas:

1. *modelagem econômica*: uso de modelos econômicos para simular diferentes cenários e prever os impactos de várias decisões;

2. *análise de custo-benefício*: avaliação dos custos e benefícios, esperados de diferentes opções, considerando tanto os impactos diretos quanto indiretos;

3. *métodos de decisão multicritério*: algumas ferramentas ajudam a equilibrar múltiplos critérios e objetivos conflitantes;

4. *participação dos stakeholders*: inclusão de diferentes partes interessadas no processo de tomada de decisão para incorporar uma ampla gama de perspectivas e conhecimentos;

5. *sistemas de apoio à decisão*: tecnologias e *softwares* auxiliam na coleta, análise e interpretação de dados complexos para apoiar a tomada de decisões.

A conclusão deste Texto para Discussão é, “simplesmente”, as decisões complexas em economia demandam uma análise detalhada e integrada de múltiplos fatores e agentes. Elas exigem uma *abordagem sistêmica e holística*. Economistas devem levar em consideração as interações dinâmicas e os impactos em longo prazo.

Bibliografia

BANERJEE, Abhijit V. e DUFLO, Esther. *Boa Economia para Tempos Difíceis*. Rio de Janeiro, Zahar, 2020 (original de 2019).

FARMER, J. Doyne. *Making Sense of Chaos: A Better Economics for a Better World*. UK, Penguin Random House-Abben Lane, 2024.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo*. São Paulo, Aleph, 2001 (original de 1984).

LIND, Hans. *Theories and Models in Economics: An Empirical Approach to Methodology*. Massachusetts – USA, Edward Elgar Publishing, 2024.

PANOSSO NETTO, Alexandre e GAETA, Cecilia (org). *Turismo de Experiência*. São Paulo, Senac, 2010.

RODRIK, Dani. *Economics Rules: Why Economics Works, When It Fails, and How To Tell The Difference*. Great Britain, Oxford University Press, 2015.

Anexo Estatístico

Dados estatísticos sobre o caso brasileiro

O Brasil recebeu, em 2023, um número de turistas internacionais nos mesmos patamares do período pré-pandemia de Covid-19. No acumulado dos 12 meses, o país registrou a entrada de exatos 5.908.341 visitantes do exterior. O número é 3% superior à estimativa da Organização Mundial do Turismo (OMT) para o Brasil, e 62,7% maior diante o acumulado de 2022, último ano de um governo neofascista, quando o país recebeu 3,6 milhões de turistas. Em 2019, foram 6,3 milhões de estrangeiros. Os dados são resultado de uma parceria entre Embratur, Ministério do Turismo (MTur) e Polícia Federal (PF).

O desafio é aumentar o *ticket* médio e valor total deixado por estrangeiros no país. O interesse pelo Brasil voltou devido à mudança de governo e à consequente mudança de rumos em nossa política ambiental, de respeito à democracia e aos direitos humanos. Passou de “inimigo da humanidade” a talvez o melhor destino de ecoturismo do planeta.

Em 2023, a receita com o turismo internacional no Brasil foi US\$ 6,907 bilhões, valor superior aos patamares pré-pandemia, inclusive o pico de 2014 (US\$ 6,843 bilhões), ano da Copa. Houve aumento de 62,7% na chegada de turistas em apenas um ano. A atração de novos voos internacionais resultou em um aumento da conectividade aérea de 40%.

A Argentina segue sendo o principal país emissor de turistas para o Brasil, com 1,9 milhões de visitantes (32% do total) – o equivalente a 96% do total de 2019. Em seguida estão Estados Unidos com 668,5 mil (11%), Chile com 458,5 mil (7,7%), Paraguai com 424,5 mil (7,1%) e Uruguai, com 334,7 mil (5,6%). A França é o principal país emissor da Europa e aparece na sexta posição, com 187,5 mil turistas (3,1%), seguida de Portugal, com 158,5 mil (3%). Alemanha com 158,5 mil (2,6%), Reino Unido com 130,2 mil (2,2%) e Itália com 129,4 mil (2,2%) completam o Top 10.

Em 2023, a chegada de chilenos foi recorde, a maior da série histórica, recolocando o país na terceira colocação entre os principais emissores, desbancando o Paraguai e retomando a posição ocupada até 2018. A chegada de paraguaios também cresceu e alcançou o melhor resultado desde 1999, quando o número de turistas do país foi de 501 mil.

Os 5,9 milhões de turistas internacionais de 2023 correspondem a 93% das entradas do último ano antes da pandemia.

Os estados com registro da maior entrada de turistas foram São Paulo, com 2.107.179, Rio de Janeiro, com 1.192.814, Rio Grande do Sul, com 1.000.909, Paraná, com 791.536, e Santa Catarina, com 288.429. A principal via de acesso foi aérea, com 3.794.260 de entradas, seguida pela terrestre, com 1.923.243.

Em “estatística oficial” da CEPAL e da OMT, comparando os pesos do turismo na economia latino-americana, países com maiores PIBs como o Brasil, a Argentina e o Chile ficam próximos de 10% do PIB. A Colômbia fica pouco abaixo, o México e o Uruguai acima em cerca de 15% do PIB.

Logo, a média da América Latina é 10% do PIB. A média do Caribe é cerca de 35% do PIB, sendo a Jamaica pouco acima de 30% e Bahamas com mais de 50% do PIB.

No entanto, os números encontrados nas tabelas seguintes parecem ser mais realistas a respeito da pequena importância do turismo em PIBs de países de grandes economias.

Medida: porcentagem; Fonte: Organização Mundial do Turismo

Europa

Países ▲▼	Receita do turismo internacional, percentagem do PIB, 2020 ▲▼	Rank
Croácia	9,75	1
Albânia	8.2	2
Luxemburgo	6.04	3
Portugal	4,59	4
Montenegro	3,77	5
Áustria	3,53	6
Grécia	3.29	7
Moldávia	3.07	8
Estônia	2,76	9
Hungria	2,69	10
Sérvia	2,67	11
Eslovênia	2,64	12
Chipre	2,63	13
Bulgária	2,55	14
Bósnia e Herzegovina.	2.17	15
Macedônia do Norte	2.05	16
Peru	1,91	17
República Checa	1,58	18
Bélgica	1,42	19
Polônia	1.4	20
França	1,36	21
Suíça	1,35	22
Eslováquia	1.22	23
Holanda	1.2	24
Itália	1.08	25
Irlanda	0,97	26
Bielorrússia	0,88	27
Finlândia	0,65	28
Romênia	0,64	29
Noruega	0,6	30
Ucrânia	0,44	31
Rússia	0,33	32

Fonte: https://www.theglobaleconomy.com/rankings/international_tourism_revenue_to_GDP/Europe/

Receita do turismo internacional, porcentagem do PIB, 2020: A média para 2020 com base em 16 países foi de 1,23%. O valor mais alto foi no Panamá: 3,22% e o valor mais baixo foi no Brasil: 0,21%. O indicador está disponível de 1995 a 2020. Abaixo está um gráfico para todos os países onde os dados estão disponíveis.

Medida: porcentagem; Fonte: Organização Mundial do Turismo

América lati **Baixar dados do nosso banco de dados**

Países ▲▼	Receita do turismo internacional, porcentagem do PIB, 2020 ▲▼	Rank global ▲▼	Dado disponível ▲▼
Panamá	3,22	1	1995 - 2020
El Salvador	3,03	2	1995 - 2020
Porto Rico	2,83	3	1995 - 2020
Costa Rica	2,37	4	1995 - 2020
Uruguai	2,02	5	1995 - 2020
México	1,02	6	1995 - 2020
Honduras	0,79	7	1995 - 2020
Colômbia	0,73	8	1995 - 2020
Equador	0,71	9	1995 - 2020
Bolívia	0,66	10	1995 - 2020
Peru	0,5	11	1995 - 2020
Argentina	0,44	12	1995 - 2020
Chile	0,41	13	1995 - 2020
Guatemala	0,38	14	1995 - 2020
Paraguai	0,29	15	1995 - 2020
Brasil	0,21	16	1995 - 2020

Fonte: https://www.theglobaleconomy.com/rankings/international_tourism_revenue_to_GDP/Latin-Am/
 Obs.: o ano 2020 foi atípico, ou seja, não representativo da “normalidade”, devido à pandemia e o distanciamento social.